

# Turismo e Sustentabilidade em Unidades de Conservação: Um Estudo sobre as alternativas de emprego e renda na Área de Preservação Ambiental da Barra do Rio Mamanguape-PB

Joelma Abrantes Guedes Temoteo<sup>1</sup>

Maria Cristina Crispim<sup>2</sup>

Jammilly Mikaela Fagundes Brandão<sup>3</sup>

**Resumo:** As Áreas de Preservação Ambiental – APA's, representam uma das categorias de Unidades de Conservação – UC, estabelecidas no Brasil como de uso sustentável. O objetivo deste estudo foi analisar as alternativas de emprego e renda nas proximidades da APA da Barra do Rio Mamanguape-PB. Com efeito, procurou-se conhecer as principais atividades socioeconômicas desenvolvidas nessa comunidade, compreender os conflitos existentes entre a gestão da APA e a população, bem como analisar a possibilidade de viabilização sustentável de suas atividades socioeconômicas. Configurando-se como uma pesquisa qualitativa descritiva, a coleta de dados consistiu nas observações de campo em visitas a APA, na realização de uma entrevista com o gestor da UC, e ainda por meio de pesquisas em trabalhos científicos realizados no local. Os achados desse estudo revelam que não se tem áreas definidas para a agricultura, a pesca possui diversas restrições, a atividade de carcinicultura não tem sido desenvolvida de maneira sustentável, e muitas aldeias indígenas a têm praticado, pelo fato de que possuem uma legislação própria que se contrapõe à legislação ambiental. Percebeu-se ainda que a gestão atual da APA vê no ecoturismo e na implantação de um projeto de hospedagens domiciliares uma alternativa sustentável para melhorar a qualidade de vida da comunidade local, entretanto, faz-se necessário uma capacitação da comunidade para melhor compreender a prática do ecoturismo e também desenvolver o empreendedorismo local.

**Palavras-chave:** Turismo. Sustentabilidade. Unidades de Conservação. Emprego e Renda.

## Introdução

O aumento da consciência ambiental em nível mundial tem impulsionado o surgimento de inúmeras Áreas de Preservação Ambiental - APA. A criação de Unidades de Conservação – UC tem sido a forma mais utilizada para tentar promover a conservação de localidades possuidoras de características peculiares e relevantes no tocante aos recursos naturais e culturais.

A primeira UC do mundo foi o Parque Nacional de Yellowstone, criado nos Estados Unidos em 1872. Somente após 65 anos, seguindo esse modelo norte-americano, foi criada a primeira Unidade de Conservação do Brasil que foi o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937. Seguindo essa

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA/UFPB (2005). Pós-graduada em Turismo de Base Local pela UFPB. Graduada em Turismo e em Comunicação Social pela UFPB (2002). Professora Assistente do Departamento de Turismo e Hotelaria – DTH/UFPB. E-mail: [joelma.abrantes@gmail.com](mailto:joelma.abrantes@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Ecologia e Biossistemática pela Universidade de Lisboa (1997). Graduação em Ciências Biológicas pela UFPB (1987). Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [ccrispim@hotmail.com](mailto:crcrispim@hotmail.com).

<sup>3</sup> Mestre em Administração pelo PPGA-UFPB (2014). Pós-Graduada em Turismo e Desenvolvimento Local pela UFPB (em andamento). Graduada em Administração (2012) e em Hotelaria (2011). Professora Substituta do Departamento de Turismo e Hotelaria – DTH/UFPB. Email: [jammillybrandao@gmail.com](mailto:jammillybrandao@gmail.com).

tendência, em 1993, foi criada pelo decreto N° 924, a Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape no Estado da Paraíba, localizada nos Municípios de Rio Tinto e Lucena, envolvendo águas marítimas e porção territorial. Em seus objetivos de criação, além da proteção do ambiente local, tem-se a busca da melhoria da qualidade de vida das populações residentes e o fomento do turismo ecológico e da educação ambiental.

A gestão das UCs e sua relação com a atividade do turismo tem se revelado, na maioria dos casos, insustentável, pois, ao invés de contribuir para a conservação dos ambientes naturais que abrangem, tem, de fato, provocado impactos sociais e ambientais nessas áreas, além de também não gerar os fluxos econômicos necessários para a esperada sustentabilidade desses espaços. Assim, neste estudo, buscou-se verificar se este quadro tem se repetido na Unidade de Conservação Área de Preservação Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape, analisando as alternativas de emprego e renda na APA.

Para tanto, objetivou-se: caracterizar a área de estudo, especificamente a comunidade da Barra de Mamanguape; caracterizar o turismo que tem sido desenvolvido na APA e sua infraestrutura turística; conhecer as principais atividades socioeconômicas desenvolvidas atualmente na comunidade da Barra de Mamanguape e sua relação com a sustentabilidade; e analisar a possibilidade de implantação de um projeto de Hospedagem Domiciliar na comunidade Barra de Mamanguape. Esses objetivos deram base para uma compreensão dos conflitos existentes entre a gestão da APA e a comunidade, bem como sobre a possibilidade de viabilização destas atividades socioeconômicas no local.

### **Sustentabilidade e Turismo**

Sabe-se que a academia ainda não conseguiu chegar a um consenso sobre os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade. Também ainda não conseguiu delimitá-los enquanto campo de saber. Enquanto isso, os políticos e grandes empresários, por sua vez, têm-se apropriado desses conceitos de maneira equivocada, distorcida e vazia dos significados propostos *a priori*, tornando-os termos desgastados e diminuindo a credibilidade geral em relação aos dois conceitos. Em contrapartida, ainda há aqueles estudiosos que o defendem como alternativa de desenvolvimento capaz de solucionar problemas da crise ambiental que vivenciamos oferecendo mecanismos que permitam diminuir os impactos ambientais e suas conseqüências a médio e longo prazo.

O termo “desenvolvimento sustentável” foi citado pela primeira vez oficialmente no Relatório Nosso Futuro Comum (“*Our Common Future*”), mais conhecido como Relatório Brundtland, como o tipo de desenvolvimento que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.” Desta forma, suas bases conceituais se apóiam na necessidade de um crescimento econômico para satisfazer as necessidades sociais, a preservação da qualidade dos sistemas ecológicos e a equidade entre as gerações presentes e futuras. Partindo dessa perspectiva, as bases da

sustentabilidade como conceito extrapolam preocupações específicas como a racionalização do uso de energia e possuem um forte apelo ético, visto que lançam mão de um olhar sobre os direitos das próximas gerações, ou seja, do outro, não importando quem ele seja. Faz-se relevante destacar que o conceito de desenvolvimento sustentável assume o ambiente de maneira muito mais ampla do que apenas o meio ambiente natural, levando em consideração que o ser humano está presente neste ambiente. Assim, as principais dimensões que integram esse conceito são os aspectos econômicos, socioculturais e ambientais ou ecológicos.

A polêmica em torno desse tema, além do uso equivocado pelos políticos e grandes empresários já mencionados, deve-se ao fato de que na prática, sabe-se que as classes dominantes do sistema capitalista vigente e os detentores do poder não estão dispostos a abrir mão de um centímetro do que possuem em nome da equidade e justiça social, por exemplo. Ao contrário, sob a lógica da acumulação e consumo, características desse modelo hegemônico, estariam apenas dispostos a manter as bases desse sistema que os privilegia e precisariam, para isso, usar os recursos que dispõem de maneira mais ordenada, sob a nova roupagem de serem “ecologicamente corretos” e socialmente responsáveis, ganhando com isso pontos positivos em sua imagem diante dos seus consumidores. Para estes autores, o desenvolvimento sustentável seria, portanto, um “esverdeamento” do capitalismo (Moura, 2008). Logo, o que se tem até o presente momento é um entendimento superficial do assunto. Para que se atinjam seus objetivos, esse conceito precisa ir além de idéias vagas e confusas que iludam a opinião pública com promessas de um mundo melhor.

O turismo como atividade moderna, é tradicionalmente considerado como fenômeno individual. Entretanto, em razão do número de indivíduos que estão direta e indiretamente relacionados com este fenômeno, o turismo passa a ter dimensões socioeconômicas evidentes. Assim, a atividade turística engloba uma grande proporção de pessoas para desempenhar as mais diversas funções que essa atividade pode beneficiar.

Nos últimos anos, muitos escritores têm manifestado tamanha perplexidade diante dos impactos negativos do turismo que têm passado a se questionar a respeito das potencialidades reais do turismo como uma ferramenta para o desenvolvimento e o crescimento como meio de maximizar o bem-estar da população nativa (Archer & Cooper, 1998). Entretanto, acredita-se que a atividade turística, quando bem planejada, pode sim auxiliar na minimização dos problemas ambientais, como também os culturais decorrentes da atividade. A esse turismo bem planejado, responsável com as populações receptoras e preocupado com a diminuição dos impactos potenciais da atividade atribui-se o nome de Turismo Sustentável. Dentro da atividade turística, o turismo sustentável tem sido defendido como um segmento que busca exatamente o equilíbrio dos ecossistemas naturais atrelados à sustentabilidade local, onde o visitante, aberto para novas descobertas, capta a identidade do lugar, respeitando os costumes do lugar visitado.

Como se pode perceber, o conceito de turismo sustentável está em total consonância com as bases do conceito de sustentabilidade. No documento sobre Turismo e Sustentabilidade do Ministério do Turismo destaca-se que para a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2004):

O desenvolvimento sustentável do turismo é um processo contínuo que requer monitoramento constante dos impactos que a atividade pode causar, de modo que, com ações de manejo, seja possível minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios potenciais, introduzindo medidas preventivas ou de correção de rumos (Brasil, 2007, p.18).

Ressalta ainda que esse processo exige a participação e comprometimento de todos os atores envolvidos com o turismo como o poder público, os empresários, a população residente e os próprios turistas. Conclui que “produtos turísticos sustentáveis são desenvolvidos em harmonia com o meio ambiente e culturas locais, de forma que estes se convertam em permanentes beneficiários, e não meros expectadores do processo” (Brasil, 2007).

De maneira equivocada sugere-se, muitas vezes, que o turismo sustentável seria apenas mais uma modalidade da atividade turística em contraposição ao turismo de massa. Ao contrário disso, o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser estendido a qualquer das demais modalidades do turismo. Entretanto, já se percebem alguns avanços na tentativa de delimitar as bases do turismo sustentável. No Brasil, o Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável (CBTS), definiu recentemente sete princípios básicos para se permitir a distinção entre o que seria sustentável e não sustentável na atividade turística. Assim, para ser considerado sustentável o turismo precisa estar de acordo com os seguintes princípios: respeitar a legislação vigente; garantir os direitos das populações locais; conservar o meio ambiente natural e sua diversidade; considerar o patrimônio cultural e valores locais; estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos; garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes; e estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis.

Se seguidos os princípios mencionados pelo CBTS, pode-se acreditar que o turismo irá além de estatísticas e contribuirá de maneira positiva para a redefinição da realidade de comunidades receptoras, incluindo-as em um processo de desenvolvimento que valorize os aspectos ambientais e socioculturais do desenvolvimento sustentável do turismo e não apenas os indicadores econômicos.

### **Hospedagens domiciliares: conceitos e relação com a sustentabilidade**

Segundo a Cartilha de Orientação Básica: Cama e Café, do Ministério do Turismo, hospedagem domiciliar é o “meio de hospedagem oferecido em residências, com no máximo três unidades habitacionais, para uso turístico, em que o dono more no local, com café da manhã e serviço de limpeza” (Ministério do Turismo, 2010, p. 7). Trata-se de uma modalidade de hospedagem que vem crescendo nos últimos tempos, principalmente com o auxílio da internet, que é a ferramenta usada para divulgar e efetuar reservas das residências disponíveis e também pelo novo perfil de turista que vem surgindo nos dias atuais, que busca a valorização e

conhecimento da cultura e costumes locais originais, bem como deixar de lado a impessoalidade que trazem os grandes hotéis, valendo ressaltar também o baixo custo das diárias dessas pousadas domiciliares (Pimentel, 2007).

Entre as vantagens da hospedagem domiciliar, de acordo com Pimentel (2007, p.19), podemos citar as seguintes: não excede a capacidade de carga local, pois não exige novas construções; a renda é distribuída entre a comunidade; o modo associativo é estimulado; há um resgate dos modos tradicionais de moradia, alimentação, costumes, etc., o que se torna uma atração a mais para o turista; há um aumento da auto-estima da população local; a conservação urbana é estimulada (através de reformas nas fachadas, jardins, etc); cria-se uma nova opção de renda para quem está fora do mercado de trabalho; não há uma exigência que esta seja a única ocupação, ou ocupação principal, dos moradores, ou seja quem administra esse meio de hospedagem pode manter sua ocupação tradicional e não fica dependente exclusivamente do turismo; não cria concentração de muitos turistas em um só local pois se atende apenas pequenos grupos; não exige grandes investimentos iniciais; é uma opção menos formal vinculadas a turistas mais independentes; oferece uma recepção personalizada em uma atmosfera informal e descontraída e geralmente tem preços mais baixos e acessíveis.

Percebe-se que a modalidade de hospedagem domiciliar se adéqua aos princípios da sustentabilidade, pois priorizam a valorização da comunidade local através de desenvolvimento econômico, social e ambiental mais equilibrado, da preservação ambiental e de uma distribuição mais justa possíveis dos lucros a serem obtidos através da atividade turística. No Brasil, as hospedagens domiciliares surgiram recentemente com o objetivo de complementar a rede hoteleira em certas localidades e necessidade de hospedagens em épocas de eventos de grande porte em algumas regiões onde a localidade não possuía estrutura para tal demanda (Pimentel, 2007).

Ainda não há regulamentação jurídica para esses meios de hospedagem no nosso país, apenas um programa de cadastramento e classificação do Ministério do Turismo para os meios de hospedagem com a modalidade Cama e Café. O Rio de Janeiro é o estado brasileiro com o maior número de redes organizadas de Hospedagem Domiciliar no país, tendo como principal exemplo a rede Cama e Café, primeira rede formal de *Bed and Breackfast* no Brasil, estabelecida em 2003 (Pimentel, 2007). As Pousadas Domiciliares de Fernando de Noronha – PE representam, aparentemente, um bom exemplo de hospedagem domiciliar, pois, além de ser o único meio de hospedagem encontrado na ilha, são necessariamente residências transformadas em meio de hospedagem com o morador ainda residindo no local.

### **Áreas de Preservação Ambiental e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

Criada pela lei Nº 6.902, de 27 de abril de 1982, a Área de Proteção Ambiental - APA, entre outras finalidades, exerce o papel funcional de fixar zonas destinadas ao exercício das atividades humanas, respeitando as áreas de maior importância ecológicas e consideradas de

preservação permanente. Sendo assim, as APAs, são constituídas por áreas públicas ou privadas que têm por objetivo disciplinar o processo de ocupação das terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das populações humanas que aí vivem, resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes.

As APAs apresentam características que permitem atividades rurais, condicionadas pelas condições e regras apresentadas em sua definição. Contudo, devem ser incorporados instrumentos que auxiliem a sociedade e os órgãos gestores a definirem estratégias voltadas para a gestão das potencialidades do ambiente, das realidades econômicas e dos anseios sociais (Barthouse *et al*, 1995; Sachs, 1993). O conjunto de unidades de conservação do Brasil de âmbito Federal, Estadual, ou Municipal constituem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. “A aprovação e adoção do SNUC foram passos fundamentais para que nossas áreas tivessem proteção real e embasada na lei” (Costa, 2002, p. 26).

As Unidades de Conservação, de acordo com o SNUC, dividem-se em dois grupos: Unidades de Uso Sustentável, que tem por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais; e Unidades de Proteção Integral, que objetivam preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos por lei (SNUC, 2000). O primeiro tipo de UC é composto pelas seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; e Reserva Extrativista. Por sua vez as Unidades de Proteção Integral são compostas pelas seguintes categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio Silvestre.

Muitas dessas unidades de conservação, tanto de uso sustentável como de Proteção Ambiental como os Parques Nacionais, têm sido utilizadas para práticas de turismo e, para que sejam garantidos os objetivos de proteção dessas áreas e sua sustentabilidade, esta atividade necessita de planejamento adequado, pois, caso contrário, pode vir a contribuir com a sua degradação.

### **Procedimentos Metodológicos**

Essa pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa descritiva e seus procedimentos metodológicos foram realizados em diversas etapas. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os assuntos abordados: Turismo, Sustentabilidade, Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Ambiental e sobre a APA da Barra do Rio Mamanguape, mais especificamente. Além disso, buscou-se realizar uma pesquisa aprofundada sobre diversos estudos recentemente realizados na APA da Barra do Rio Mamanguape, como as pesquisas de Cruz (2012), e de Paulino; Guedes & Madruga (2009).

Para a identificação dos principais problemas vividos pelas comunidades residentes na APA, as pesquisadoras participaram de oficinas, no mês de agosto de 2012, realizadas pela empresa de consultoria que está elaborando o Plano de Manejo da APA, onde a própria

comunidade foi convidada a apontar os principais problemas ambientais por ela vivenciados e apontar o que acreditam ser as melhores soluções. Neste momento, e em outras visitas realizadas ao local, as pesquisadoras puderam proceder a uma observação *in loco* visando conhecer também as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores da comunidade Barra de Mamanguape, foco deste estudo, por ser a comunidade mais próxima da sede do projeto Peixe-Boi Marinho e também a que recebe maior fluxo de visitantes.

Em seguida, utilizou-se como instrumento de pesquisa um roteiro de entrevista, sendo essa realizada com o gestor da APA, o Senhor Sandro Pereira. A análise desta entrevista, juntamente com o aprofundamento e comparação com outras pesquisas já realizadas na mesma área, representou a etapa conclusiva deste trabalho.

### **Análise e Discussão dos Resultados**

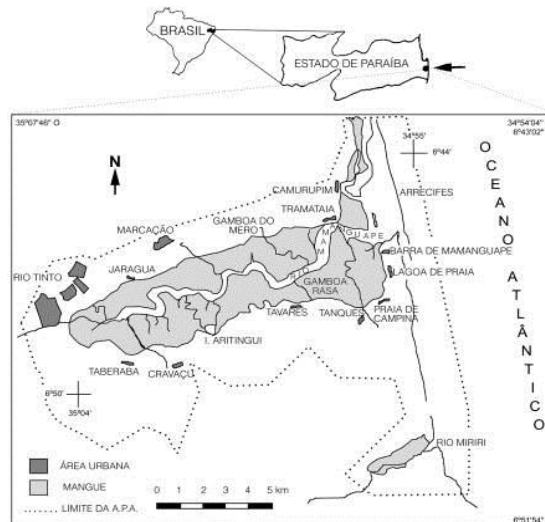
Criada pela lei nº 924, de 10 de setembro de 1993, a Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape, envolvendo águas marítimas e a porção territorial, tem por objetivos os seguintes:

- I - garantir a conservação do habitat do Peixe-Boi Marinho (*Trichechus manatus*);
- II - garantir a conservação de expressivos remanescentes de manguezal, mata atlântica e dos recursos hídricos ali existentes;
- III - proteger o Peixe-Boi Marinho (*Trichechus Manatus*) e outras espécies, ameaçadas de extinção no âmbito regional);
- IV - melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
- V - fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental.

O plano de manejo da Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape está em fase de elaboração pela equipe de consultoria licitada ao Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio). Somente a partir de sua conclusão será possível identificar e determinar locais específicos e apropriados para a prática do Ecoturismo, sem infringir a legislação ambiental cabível. Esta APA estende-se entre os municípios de Rio Tinto, Lucena, Baía da Traição e Marcação no Estado da Paraíba, totalizando 14.640,00 hectares. Seu acesso é feito via terrestre através da BR-101 até o município de Mamanguape, quando passa a ser feito pela PB-041.

A APA da Barra do Rio Mamanguape está situada no estuário do rio Mamanguape, no estado da Paraíba, e possui praias arenosas com cordões de dunas, arrecifes costeiros, falésias, mata de restinga e de tabuleiro, lagoas e uma área de manguezal com remanescente de Floresta Atlântica, estuários e lagoas (Paludo & Klonowski, 1999), sua localização é apresentada na figura 1. A região é drenada pelos rios Mamanguape e Miriri (Pereira & Alves, 2002), e sua área apresenta remanescentes florestais do Tabuleiro Costeiro e da Mata Atlântica com seus elementos típicos e incrustações de espécies de Cerrado. Na área estuarina, com 24 km de extensão, predomina a vegetação típica de mangue que compreende o limite entre a costa e a sede do município de Rio Tinto (Paludo & Klonowski, 1999). Conforme os autores (pg. 14):

Na foz forma-se uma baía com seis quilômetros de largura quase fechada por uma linha de arrecifes costeiros de formação quaternária [...] A condição de baía protegida pelos arrecifes proporciona águas calmas e tranquilas permanentes. Estas características favorecem a reprodução e criação do peixe-boi marinho, motivo que tornou o estuário tão importante para o ciclo de vida deste mamífero que ocorre ali.



**Figura 01 - Mapa da Área da Barra de Mamanguape.**

Fonte: Paludo e Klonowski (1999).

Um dos maiores atrativos desta unidade de conservação é o Projeto Peixe-boi Marinho, que trabalha na preservação, conservação e manejo do peixe-boi-marinho e que possui na localidade da Barra do Rio Mamanguape, um cativeteiro natural que atualmente abriga animais que são encontrados feridos e precisando de cuidados especiais. Esta APA é gerida atualmente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Por suas características naturais, a área possui grande potencial turístico (Figura 02). Deve-se, entretanto, desenvolvê-lo de maneira sustentável para que não prejudique o alcance dos principais objetivos de criação da APA.



**Figura 02: Paisagem da APA da Barra do Rio Mamanguape.**

Foto: Joelma Abrantes Guedes. Abril/2009.

Existem atualmente na APA 21 comunidades, sendo cinco em área urbana. Incluídas entre essas comunidades nesta APA também encontram-se nove aldeias indígenas de origem potiguará



que são: aldeia Monte Mor, aldeia de Jaguará, aldeia Três Rios, aldeia Brejinho, aldeia Tramataia, aldeia Caeira, aldeia Camurupim, aldeia Acaju Tibiro e Aldeia Coqueirinho. Ao todo, de acordo com dados de 2004, a APA possui uma população de 16.381 habitantes. A população rural dessa área encontra-se distribuída em vilas e vilarejos, com forma de organização social em associações, cooperativas ou colônias de pescadores.

Paulino, Guedes e Madruga (2009) realizaram um mapeamento do perfil sócioeconômico-ambiental da comunidade da Barra de Mamanguape e afirmam que este é importante para que se busquem soluções plausíveis que permitam à população usufruir os recursos naturais disponíveis sem deteriorá-los. De acordo com esse estudo, a comunidade local trabalha basicamente na pesca, na coleta de marisco, no projeto peixe-boi marinho e na atividade turística desenvolvida nessa localidade, onde são oferecidas algumas funções como vigilantes, costureiras, guias de turismo e canoieiros.

A colônia de pescadores desta comunidade é denominada Colônia Z13. De acordo com o líder comunitário na época da pesquisa, o Sr. Carlos Lourenço da Silva, a atividade pesqueira local ainda é arcaica e a população sofre com os períodos de baixa na pesca. Conforme a gestão do ICMBio, a pesca não é uma atividade proibida em uma área de proteção ambiental, porém, ela deve seguir os critérios de cuidado com o meio ambiente, para que assim possam ser preservados os recursos naturais e não promova a extinção de determinadas espécies.

Outra atividade bastante frequente na comunidade é o trabalho de catação de mariscos. Representa uma atividade relativamente lucrativa e também uma opção para que as famílias não precisem passar por longos períodos sem trabalho, tendo em vista que essa atividade não apresenta períodos de sazonalidade. Caso respeite os limites de recuperação do ecossistema, essa atividade pode vir a ser sustentável. Porém, não se tem conhecimento sobre estudos que determinem esse limite de resiliência nesta APA.

Na área do estuário do Rio Mamanguape, a carcinicultura tem sido vista como alternativa econômica interessante por muitos indivíduos da comunidade da Barra do Rio Mamanguape. Entretanto, infelizmente, a implantação desse tipo de atividade não vem ocorrendo de forma sustentável e tem provocado problemas ambientais.

No ano de 2009, Paulino, Guedes e Madruga realizaram uma pesquisa na comunidade em estudo, quando aplicaram 54 questionários junto à comunidade no intuito de conhecer as atividades socioeconômicas mais representativas e também o perfil do grupo. Verificou-se nos resultados desta pesquisa que o nível educacional da comunidade é muito baixo, pois 48,14% dos entrevistados possui apenas o ensino fundamental incompleto e cerca de 20,37% da população não possui nem o ensino fundamental. Costa (1977) ressalta que a incidência do analfabetismo nos pescadores artesanais é um dos fatores que determinam que a pesca artesanal seja considerada primitiva, já que estes pescadores teriam grandes dificuldades de contextualizar a sua atividade e vislumbrar melhores possibilidades na elaboração de políticas públicas.

A partir do presente estudo pode-se perceber as inúmeras dificuldades enfrentadas pela população da comunidade Barra de Mamanguape, pela falta de infra-estrutura básica da localidade como acessos, escolas e postos de saúde, além de alternativas de renda que lhes permitam ter uma vida digna.

De acordo com o atual chefe desta UC, o Sr. Sandro Pereira, os principais problemas enfrentados pela APA atualmente são: ocupações irregulares nas áreas de preservação permanente; presença de 128 tanques de camarão na área indígena; implantação de empreendimentos potencialmente poluidores, como a carcinicultura; degradação, poluição e assoreamento dos rios; desmatamento de áreas de mangue; ocupações irregulares para o pastoreio de gado; falta de ordenamento e organização do turismo ecológico; expansão da agricultura e pecuária; falta do plano de manejo e demais regulamentações necessárias para a gestão da UC; disposição irregular dos resíduos sólidos.

Entre as principais potencialidades vislumbradas pela gestão da APA para o seu desenvolvimento estão o fortalecimento do ecoturismo através de passeios terrestres e aquáticos, da gastronomia local e modo de vida ribeirinho. Uma das comunidades mais carentes da APA em questão e, ao mesmo tempo, mais fortemente relacionada ao turismo, pela proximidade em relação ao Projeto Peixe Boi Marinho, é a comunidade da Barra do Rio Mamanguape- PB (Figura 03). Esta comunidade é formada aproximadamente por 83 famílias que vivem na comunidade durante vários anos, sobrevivendo das atividades da pesca e de novas fontes de renda que despontam com o Projeto Peixe Boi.



**Figura 03 – Vista de uma das ruas da comunidade da Barra do Rio Mamanguape.**

Foto: Joelma Abrantes Guedes. Julho/2009.

A relação dessas comunidades com o seu ambiente dá-se de maneira peculiar, pois, pelo contato direto e isolamento característico, essa relação próxima garante simultaneamente a preservação e a singularidade de seus valores culturais e sua continuidade como cultura e sociedade. Nesse sentido, os moradores tradicionais têm a oferecer um valioso instrumento de proteção do ambiente que é o conhecimento íntimo ao seu respeito. Esse conhecimento, baseado na experiência, pode ser incorporado às atividades turísticas e processos decorrentes, de modo a valorizarem a cultura e o saber tradicional, contribuindo para a difusão e a implantação de ações

mais conscientes à proteção de seus recursos mediante um desenvolvimento de turismo ecológico.

Em uma oficina realizada em agosto de 2012, pela equipe de consultoria que está elaborando o Plano de Manejo da APA da Barra do Rio de Mamanguape, os próprios moradores tiveram a oportunidade de identificar os principais problemas ambientais enfrentados pela comunidade, os quais consistem em: muito lixo na comunidade e não tem coleta seletiva; péssimo estado de conservação das estradas de acesso ao local; o abastecimento de água é muito precário – tanto em relação à distribuição como em relação à qualidade, no verão, praticamente não chega, pois o poço é em Praia de Campina e é quando essa área está lotada de gente; não há saneamento básico; não há pagamento de “defeso” de algumas espécies como o marisco e sardinha; falta de emprego na comunidade; falta de espaços públicos para lazer (praças, campo de futebol); falta de comunicação entre a chefia do ICMBIO e a comunidade; falta de oportunidades sustentáveis de emprego como o turismo, artesanato, etc; proibição do uso de embarcações com motor com mais de 6.5 hp de potência; falta de capacitação na atividade do turismo e outros setores; falta de terras para a agricultura familiar; e falta de acessos às praias para moradores, turistas e pescadores.

#### O TURISMO NA APA DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE

O fluxo atual de visitantes que chega à comunidade sofre os efeitos típicos da sazonalidade e também com as precárias condições de infraestrutura local. Atualmente, só há na APA uma única pousada, que é a Pousada e Restaurante Luar das Dunas cuja proprietária é da comunidade e se chama Nina. Possui apenas quatro chalés onde se cobra em média R\$ 100,00 (cem reais) por diária com café da manhã. O restaurante situado nesta pousada é bastante procurado pelos turistas e visitantes da APA. Existem outros restaurantes e bares no local, mas com estruturas bem mais simples e menos acessíveis, pois ficam na outra margem do rio Mamanguape.

Como já foi citado anteriormente, o principal atrativo turístico da APA é Projeto Peixe-Boi, para o qual é cobrada atualmente uma taxa de R\$ 5,00 (cinco reais) para visita e o passeio de canoa com os canoeiros da própria região os quais cobram uma taxa de R\$ 30,00 (trinta reais), com capacidade na canoa de até 5 pessoas. Entretanto, a visita aos cativeiros dos animais que costumava ser realizada foi suspensa em virtude da morte de alguns animais que ali se encontravam. Ainda não se tem o laudo oficial sobre a causa da morte desses animais. Faz-se necessário ressaltar que existem também grandes deficiências na APA em relação à assistência médica, educacional, de acessos e transportes, de abastecimento de água e saneamento básico.

Cruz (2012) realizou recentemente uma pesquisa na APA da Barra do Rio Mamanguape – PB que teve como objetivo principal avaliar a viabilidade das práticas do ecoturismo e hospedagem domiciliar no local. Para alcançar tal objetivo, a autora fez uso de aplicação de questionários junto à comunidade e também analisou o livro de visitas do Centro de Visitantes do

Projeto Peixe-Boi. O intuito do questionário foi a coleta de dados sobre a participação da comunidade no turismo local, bem como a potencialidade básica de suas residências para a instalação da hospedagem domiciliar e o próprio interesse da comunidade em seu desenvolvimento.

Como resultados principais, Cruz (2012) verificou que a renda familiar mensal da maioria da população da comunidade vem de empresas privadas, como trabalhadores das usinas de cana-de-açúcar da região, com 31% da população entrevistada dependente desse setor; seguida do serviço público e da pesca com 19% cada um. Apenas 6% dos entrevistados afirmaram que a principal renda familiar seria advinda do segmento turístico. Verificou-se ainda que a renda mensal da comunidade é muito baixa, variando entre menos de um a dois salários mínimos no máximo.

Identificou-se também, com esse estudo, que apenas 19% dos entrevistados ou membros de sua família receberam alguma capacitação em turismo e que apenas 25% dos entrevistados teriam interesse em hospedar turistas em sua residência. Entretanto, Cruz (2012) acredita que, embora este fato possa representar alguma dificuldade em relação à implantação de projetos de ecoturismo e de hospedagem domiciliar, caso sejam bem planejadas e organizadas, com o apoio e incentivo de órgãos responsáveis pelo seu planejamento e promoção, essas atividades poderiam trazer diversos benefícios para as comunidades da APA da Barra do Rio Mamanguape – PB e o meio ambiente que a circunda.

Assim, chega-se à conclusão de que os principais entraves ao desenvolvimento turístico no local são a falta de estrutura básica existente na APA para atender os turistas, a falta de capacitação da comunidade para trabalhar diretamente com o turismo e a pouca diversificação do atrativo turístico comparado com a potencialidade natural que a APA oferece. Verificou, ainda, que existem grandes oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo na região, no que se refere à localização geográfica da UC e sua biodiversidade, o que lhe agrega expressivo valor.

#### ATIVIDADES ECONÔMICAS X SUSTENTABILIDADE NA APA DA BARRA DO RIO MAMANGUAPE

No dia 18 de outubro de 2012, o Sr. Sandro Roberto da Silva Pereira, que, além de chefe atual da APA da Barra do Rio Mamanguape é também Analista Ambiental do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), concedeu-nos entrevista para a realização desta análise. No roteiro elaborado para este estudo, pretendeu-se conhecer mais sobre as possíveis alternativas de renda para a comunidade da Barra de Mamanguape, que integra a APA de Mamanguape. Objetivou-se ainda, identificar os principais conflitos existentes entre a gestão da APA e a viabilização destas atividades socioeconômicas. Tentou-se observar também sobre as possíveis áreas de zoneamento que serão definidas no plano de manejo em fase de elaboração e opiniões da gestão da APA em relação aos acessos ao local. Como o Plano de manejo para a APA da Barra do Rio Mamanguape ainda não foi concluído, o Sr. Sandro não pode informar em que tipos e objetivos específicos de áreas de zoneamento a APA será dividida a partir de sua

implementação. A seguir, serão apresentados e analisados alguns trechos dessa entrevista de acordo com cada categoria e atividade econômica.

- **Turismo**

Entre as principais queixas da comunidade, verificadas no estudo de Paulino, Guedes e Madruga (2009) foi citado por diversos entrevistados que o turismo no local é pouco rentável e atribuem esse fato a uma suposta proibição da gestão do ICMBio para a construção de pousadas, restaurantes e outros empreendimentos que serviriam de apoio para o desenvolvimento da atividade turística, pois essas construções poderiam causar alguns impactos ao ambiente natural.

O Sr. Sandro Pereira foi questionado se no zoneamento a ser feito no plano de manejo alguma área específica deverá ser destinada à construção de infraestrutura turística como hotéis, pousadas ou restaurantes. Ele respondeu que não, pois, “como a APA comporta propriedades privadas, a iniciativa de implantação dos empreendimentos deve ser dos proprietários assim como as áreas onde se localizarão”. O que caberá à gestão da APA é a análise da proposta feita e, se for aprovada, a concessão da devida licença ambiental, caso esteja de acordo com os objetivos de criação da APA. Disse ainda, que no zoneamento ambiental serão definidas “zonas de preservação ambiental onde não serão possíveis quaisquer tipos de empreendimentos, sendo que na análise prévia do licenciamento ambiental isto será levado em consideração”. O gestor explicou que “em APAs geralmente essas áreas de proteção são definidas em áreas já protegidas pela legislação.”

Assim, de acordo com o entrevistado, não existe, de fato, uma proibição para construção da infraestrutura turística, como dito pelos moradores locais. Porém, os possíveis empreendedores locais devem submeter suas propostas ao processo de licenciamento ambiental como forma de garantir a sustentabilidade ecológica desse ambiente, garantindo que esses empreendimentos não sejam causadores de impactos ambientais.

Ainda em relação ao turismo, lembrando que um dos objetivos de criação da APA da Barra do Rio Mamanguape é “fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental”, foi perguntado ao Sr. Sandro se esse objetivo tem sido alcançado. Ele afirmou que sim, pois, a principal atração da região da Barra do Rio Mamanguape é o Projeto Peixe-Boi Marinho, que é gerido pelo ICMBio. Desse modo, consideramos que a manutenção do centro de visitantes e do próprio projeto não deixa de ser um fomento ao ecoturismo. Além disso, organizamos a atividade do turismo guiado na região da Barra, com o estabelecimento de normas para organização dos guias barqueiros da região. Estamos, também, apoiando a criação de uma Associação dos guias turísticos da Barra de Mamanguape, sendo que nossa intenção é assinar um Termo de Reciprocidade com a Associação para que eles possam administrar o Centro de Visitantes do projeto Peixe-Boi futuramente”.

Caso essa intenção declarada pelo gestor da APA venha a se concretizar, poderá acontecer o que sugere Barbosa (2012, p.79) como sendo ideal para o desenvolvimento da atividade no local quando afirma que para que isto aconteça “necessita-se que haja o devido planejamento da atividade em primeiro plano, dando-se prioridade para o desenvolvimento local,

através da inserção da comunidade nos níveis de gerenciamento da atividade”. Porém, faz-se necessário destacar que, para que as atuais atividades desenvolvidas pelo Projeto Peixe Boi Marinho possam ser efetivamente consideradas como ecoturísticas, torna-se imprescindível que se incluam atividades mais diversificadas, como a interpretação e percepção ambientais e um maior número de moradores locais como beneficiados diretamente.

O entrevistado acredita ainda que o turismo ecológico, se bem planejado e focado no desenvolvimento da comunidade, pode ajudar a preservar essa área de preservação ambiental pelo fato de que, representando uma boa fonte de renda para as comunidades, haverá maior interesse em conservar aquilo que lhes garanta a subsistência.

Também na pesquisa de Cruz (2012) foi verificado que o principal atrativo para os visitantes terem ido à APA seria o interesse em conhecer o “Projeto Peixe-Boi Marinho” e ver esses animais que ficavam num cativeiro. Entretanto, ele ressalta que o objetivo do Projeto Peixe-Boi Marinho nunca foi o turismo, e sim a recuperação dos animais machucados e doentes que são apreendidos. Depois de recuperados os mesmos são levados para um cativeiro natural para a sua adaptação às condições ambientais antes de serem soltos na natureza e o projeto Peixe-Boi Marinho da Barra do Rio Mamanguape é um destes cativeiros naturais. “Desse modo, a visita ao cativeiro sempre foi vista como uma atividade secundária e com cunho na educação ambiental. O cativeiro não é um zoológico”.

Assim, como hoje não há mais o cativeiro dos animais e a visita está sendo feita com os animais soltos, o Sr. Sandro acredita que se pode aumentar o número de visitantes através de campanhas de divulgação da região, tanto junto ao público comum, quanto para as agências. No entanto, para isso a estrutura de recebimento do turista deve melhorar. Assim, a própria visita com os animais soltos pode, inclusive, ser melhor explorada e atrair tanto os turistas como antes, quando acontecia com estes animais nos cativeiros, através de um projeto de ecoturismo efetivamente.

- **Hospedagens domiciliares**

Na pesquisa realizada recentemente por Cruz (2012) foi constatado pela pesquisadora que a maioria dos moradores da comunidade da Barra de Mamanguape não teria interesse em participar de um possível projeto de implantação de “residências domiciliares” na APA, recebendo visitantes em suas próprias residências. O Sr. Sandro Pereira atribui isto inicialmente ao desconhecimento da atividade, como efetivamente ela funcionaria, e segundo por uma questão cultural, de considerar a casa uma fortaleza familiar que poderia ser invadida por pessoas estranhas. “Considero que este temor seja normal, e se daria em qualquer outro local da região”. Ele acredita ainda que a única forma de convencê-los seria conseguir que uma casa implante o modelo e o mesmo dê resultado, capacitando todos que tiverem interesse. O gestor percebe as hospedagens domiciliares como uma forma concreta de turismo comunitário e afirma que a APA sempre apoiará atividades com este perfil, logicamente, desde que não seja ambientalmente ou socialmente degradante, ou seja, desde que respeite os princípios da sustentabilidade.

Em relação à estrutura atual das casas da comunidade da Barra de Mamanguape, quando o Sr. Sandro foi questionado se elas seriam muito precárias para a implantação de hospedagens domiciliares, ele afirmou que se “as pessoas devem ter espírito empreendedor para se lançar neste tipo de atividade. Devem buscar meios para investir nas casas para receber o turista, pois se isso for feito de forma precária, a propaganda será extremamente negativa e teria um efeito contrário ao que se espera”.

- **Agricultura**

Nas proximidades da APA sabe-se que existem muitas áreas de cultivo da monocultura da cana-de-açúcar, e que este tipo de cultura não preserva o equilíbrio ambiental e, portanto, não pode ser considerada como agricultura sustentável. Quando questionamos o entrevistado sobre a possibilidade de existir alguma área a ser destinada para a agricultura sustentável, o chefe atual da APA disse não existir um projeto específico para a agricultura, porém ressaltou que qualquer atividade produtiva realizada na ARIE dos Manguezais da Foz do Rio Mamanguape deve ser de baixo impacto e sustentável. Acrescentou ainda que geralmente nesta área existe agricultura de subsistência, sendo que o zoneamento deve levar isso em consideração.

Sabe-se que outro dos objetivos de criação da APA de Mamanguape é “melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais”. Assim sendo, foi perguntado ao Sr. Sandro Pereira que outras alternativas de emprego e renda para a população local ele julga como viáveis economicamente, socialmente e ambientalmente dentro do contexto desta APA. Ele afirmou que considera o turismo ecológico e a implantação de empreendimentos turísticos sustentáveis e comunitários seja a saída para a região. O plano de manejo da APA está sendo elaborado também considerando isso. Porém, as comunidades não podem ficar dependentes das ações governamentais para se desenvolver. Os comunitários também devem apresentar o espírito empreendedor e buscar meios para crescer. Infelizmente o que vemos hoje é uma grande dependência das ações governamentais. “Os empreendedores também devem buscar efetivar suas atividades de forma legal, buscando o licenciamento ambiental. Muita gente alega que não se pode fazer nada na APA, porém nunca apresentou uma proposta concreta junto aos órgãos ambientais competentes.”

- **Artesanato**

Quando questionado sobre os benefícios para a comunidade gerados a partir de um projeto de artesanato de peixes-boi de pelúcia que existia na APA em estudo, o Sr. Sandro disse que não conhecia muito bem o projeto mas que o problema que existia estava na verdade relacionado à dependência das pessoas (costureiras) em relação a quem fomentava a atividade de artesanato. “A partir do momento que o fomentador deixou a organização nas mãos das mulheres, a coisa passou a não funcionar muito bem. O artesanato beneficiará todos a partir do momento em que houver organização e empreendedorismo. Sem isso a coisa não se desenvolverá.”

Essa dependência de iniciativas de fora que chegam muitas vezes como “propostas milagrosas que mudarão a vida de todos” e a falta de engajamento das pessoas na primeira dificuldade é, de fato, na opinião do Sr. Sandro Pereira, um dos maiores entraves ao desenvolvimento local. “Nenhuma proposta vingará se as pessoas não se engajarem plenamente nela. A comunidade também tem que dar sua contrapartida, e muitas vezes se quem trouxe a idéia não apresenta todos os recursos necessários para que a proposta se desenvolva, a mesma fracassa”. É um problema complexo, visto que a baixa escolaridade da comunidade e baixo poder aquisitivo também dificultam a iniciativa e aumentam a dependência de propostas externas.

- **Pesca e Extrativismo de mariscos**

Já em relação à atividade da pesca e catação de mariscos, identificadas por Paulino, Guedes e Madruga (2009) como uma das principais atividades econômicas para a população local, o Sr. Sandro acredita que ainda falta um pouco para que esta possa ser considerada mais sustentável. O primeiro grande passo a ser tomado nessa direção, em sua opinião, seria o cumprimento das normas ambientais relativas à pesca. “Infelizmente ainda temos grande deficiência na parte de fiscalização, principalmente por conta do pequeno número de fiscais (atualmente só temos dois na Unidade), mas já está se pensando em uma estratégia para minimizar esta situação”. Porém, o entrevistado considera ainda que a conscientização das pessoas (pescadores) é mais importante que qualquer ação fiscalizatória, e afirma que não faltam campanhas de educação e divulgação a respeito do tema. “A questão maior são as pessoas aceitarem as informações repassadas e cumprirem com as normas.”

- **Carcinicultura**

Sobre os empreendimentos de carcinicultura que funcionaram na APA e foram embargados, o entrevistado afirmou que isto aconteceu pelo fato de que estes empreendimentos estavam degradando o ambiente local. Se estavam degradando o ambiente, entende-se que da forma como aconteciam não poderiam ser considerados como sustentáveis. Acrescentou ainda que “qualquer empreendimento traz impactos (positivos e negativos), ainda mais a carcinicultura. Esta atividade deve ser prevista no plano de manejo e depois licenciada para funcionar em uma Unidade de Conservação. Esta questão está sendo discutida dentro do plano de manejo.”

Quando questionado sobre a possibilidade deste tipo de empreendimento voltar a funcionar no local, o Sr. Sandro Pereira disse que não tem como garantir que isso ocorrerá, mas que, a partir do momento que se iniciou a discussão da regularização da carcinicultura na área indígena, caso isso aconteça, “por uma questão de isonomia”, o entrevistado considera que tenha que se discutir a regularização dos outros empreendimentos. Entretanto, ele ressalta a necessidade de se deixar claro que não está sendo discutida a abertura de novos empreendimentos (em novas áreas) do tipo e muito menos a ampliação daqueles já existentes.

Barbosa (2012), em seu estudo na aldeia indígena de Tramataia, pertencente à APA da Barra do Rio Mamanguape, afirmou que a gestão da APA apesar de fazer “restrições às comunidades existentes em seu entorno com relação à forma como se faz a pesca, é proibida a



utilização de barcos a motor e do uso de redes de arrasto, pois estes meios podem causar danos aos peixes-bois, o corte de madeira do mangue também é proibido tanto em escala de comercialização quanto em escala de uso doméstico”, permitiria que os projetos de carcinicultura fossem colocados em prática. Entretanto, não foi o que o chefe da APA declarou, nem o que as pesquisadoras observaram no momento em que participaram de uma oficina de identificação de problemas ambientais na comunidade, quando ouviu diversos relatos de moradores locais reclamando que algumas fazendas de criação de camarão foram fechadas por conta de embargo. Reclamavam, porque, segundo eles próprios, o empreendimento gerava empregos.

De fato, quando a gestão da APA faz restrições em relação à comercialização de madeira de mangue ou regulamenta o tipo de embarcações que podem ser utilizadas no local de incidência dos peixes-boi, ela apenas está cumprindo o seu papel e o objetivo de criação desta unidade de conservação que é preservação dos manguezais e do peixe-boi marinho, procurando ordenar as atividades mais condizentes com a sustentabilidade deste ambiente. Porém, o que se pode buscar é melhorar a comunicação entre esse órgão e a comunidade local, como sugere Barbosa (2012), bem como se buscar alternativas de emprego e renda compatíveis com a preservação do ambiente natural e que também promovam a melhoria da qualidade de vida da população local e condições de subsistência, o que representaria a sua sustentabilidade social e econômica.

O fato de existirem diversas aldeias indígenas na APA da Barra do Rio Mamanguape e desses indivíduos possuírem uma legislação própria dificulta a gestão desta unidade de conservação e dificultam a gestão dessa área, de acordo com o entrevistado. “Certamente a sobreposição da APA com as Terras Indígenas é um complicador da gestão, pois existem legislações específicas para estes povos, que muitas vezes se confrontam com a legislação ambiental.

### **Considerações Finais**

Gerir uma unidade de conservação definitivamente não pode ser considerada uma tarefa simples. E quando se trata de uma Área de Preservação Ambiental, onde os terrenos são privados, o plano de manejo ainda está em fase elaboração e se tem diversas aldeias indígenas nessa área, pode-se dizer que é uma missão demasiadamente complexa. E quando a maioria da população que vive em uma das comunidades desta APA, como a da Barra de Mamanguape, é muito pobre, com baixo índice de escolaridade e, conseqüentemente, não tem iniciativa e empreendedorismo, como poderíamos denominar essa missão?

Procurar alternativas de emprego e renda sustentáveis seria a solução ideal para se alcançar a sustentabilidade ecológica, econômica e social desta APA. Sob essa perspectiva, este estudo buscou identificar as alternativas econômicas atualmente existentes e analisar as suas viabilidades e sua possível sustentabilidade. Com efeito, percebeu-se, na fala de seu gestor, o Sr. Sandro Pereira, o interesse da gestão da APA de Mamanguape em buscar desenvolver um turismo de base local, através da implantação de hospedagens domiciliares e promover a capacitação dos

moradores locais para o ecoturismo. Entretanto, a falta de infraestrutura como as de acessos e turística, os baixos índices de escolaridade e as precárias condições da maioria das casas dificultam atualmente o desenvolvimento dessas modalidades de hospedagem e turismo, respectivamente. Para que tais moradores tivessem condições de hospedar turistas em suas residências, essas pessoas teriam que fazer reformas. Mas, como tornar isso possível se a maioria fica esperando que o ICMBio faça tudo por eles e ainda os responsabiliza pela sua precária condição de vida?

O fato de se ter na APA diversas aldeias indígenas, que possuem legislação própria, também complica ainda mais a gestão da APA, pois, como fazer os demais moradores da APA compreenderem que os índios podem desmatar manguezais para praticar a carcinicultura e eles não podem? E como desenvolver o artesanato local? Como desenvolver uma agricultura sustentável? E como convencer os pescadores locais a usar embarcações de menor potência para não machucar os peixes-boi? Quantas perguntas difíceis! E quantos estudos ainda serão necessários para respondê-las? No entanto, vislumbra-se uma luz ao final do túnel. Mesmo as pessoas sendo humildes, elas podem usar o fluxo de visitantes para promover alguma atividade econômica. Esta aldeia tem o atrativo do peixe-boi, ao contrário das outras, que não têm nenhum atrativo. Sendo assim, as pessoas já se deslocam à aldeia, por isso deveriam ser melhor recebidas e deixar mais divisas, sem ser apenas com os barqueiros.

Nesse sentido, colocam-se três alternativas como sugestões: (1) criar trilhas ecoturísticas, em que os moradores fossem os guias, após cursos de capacitação, preparando-os para transmitir o seu conhecimento do lugar para os turistas, através de interpretação e percepção ambientais; (2) incentivar à produção de artesanato, com motivos sobre o peixe-boi ou outros da região. Camisetas poderiam ser pintadas à mão ou com a utilização da serigrafia. Com certeza, se os preços forem mais acessíveis que os que o Projeto Tamar aplicava, despertariam maior interesse nos visitantes; (3) desenvolver a especialização em produtos alimentares rústicos e caseiros, utilizando de preferência receitas pouco difundidas.

Para que estas atividades possam vingar, como foi falado pelo gestor da APA, é necessário o espírito empreendedor dessas pessoas, mas a sua limitação escolar ou de poder de renda, com certeza não serão entraves para a aplicação de algumas dessas propostas. Acredita-se que, a partir do fortalecimento dessas atividades, a comunidade local poderá diversificar sua oferta turística e, ao mesmo tempo, irem se preparando e se acostumando a recebê-los para que, num segundo momento, após estudos mais aprofundados, se possa propor um projeto de hospedagem domiciliar na comunidade.

## Referências

Archer, B., & Cooper, C. (2002). Os impactos positivos e negativos do turismo. In: Theobald, William F (org.). **Turismo global**. 2ª Ed – São Paulo: Editora SENAC São Paulo.

Barnhouse, L. W., Biddinger, G. R., Cooper, W. E., Fava, J. A., Gillett, J. H., Holland, M. M., & Yosie, T. F. (1995). **Sustainable Environmental Management**. Sponsored by US Environmental Protection Agency, Chemical Manufactures Association. Rohn & Haas, Pellston, Michigan, 134p.

- Barbosa, I. K. P. (2008). **Desenvolvimento do ecoturismo e do etnoturismo na aldeia potiguara de Tramataia, Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape, PB**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) – UFPB. João Pessoa.
- Brasil (2007). Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Turismo e Sustentabilidade**. Roteiros do Brasil – Programa de Regionalização do Turismo. Brasília, 126p.
- Brasil (2012). Decreto Federal nº 924, 10 de setembro de 1993. Cria a Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape no Estado da Paraíba e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 de set. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0924.htm)>. Acesso em: 23 de mar. 2012 às 09:12.
- Brasil (2012). Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 de jul. 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>> Acesso em: 17 de abr. 2012 às 22:32.
- Costa, P. C. (2002). **Unidades de Conservação: Matéria Prima do Ecoturismo**. São Paulo, Aleph.
- Cruz, F. T. P. (2012). **Ecoturismo e Hospedagem Domiciliar na APA da Barra do Rio Mamanguape-PB: Uma análise de SWOT para atividades sustentáveis**. 2012. 121 p. Monografia (Bacharelado em Hotelaria) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Kinker, S. (2002). **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**. Campinas, Papirus.
- Ministério do Meio Ambiente (2006). **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: MMA/SBF/DAP.
- Ministério do Turismo (2010). **Ecoturismo: orientações básicas**. 2. Ed. Brasília: Ministério do Turismo.
- Ministério do Turismo (2010). **Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem: Cartilha de Orientação Básica Cama e Café**. 1. Ed. Brasília: Ministério do Turismo.
- Moura, A. K. C. (2008). **O mito do desenvolvimento sustentável da atividade turística: uma análise crítica das teorias da sustentabilidade, das políticas públicas e do discurso oficial do turismo na Paraíba**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) – UFPB. João Pessoa.
- Paludo, D., & Klonowski, V. S. (1999). **Barra de Mamanguape – PB: Estudo do impacto do uso de madeira de manguezal pela população extrativista e da possibilidade de reflorestamento e manejo dos recursos madeireiros**. São Paulo-SP: Instituto Florestal p 24-27; 36-39.
- Pimentel, A. B. (2007) **Hospedagem Domiciliar na Cidade do Rio de Janeiro: O Espaço de Encontro entre Turistas e Anfitriões**. M.Sc. thesis. Rio de Janeiro: Programa EICOS (UFRJ).
- Paulino, G. C., Guedes, J. A., & Madruga, L. C. F. (2009). **Turismo sustentável e a Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape: análise dos aspectos socioeconômicos da comunidade da Barra de Mamanguape, município de Rio Tinto –PB**. In Anais do Seminário Internacional de Turismo, Curitiba.